

OS 100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA DESDOBRAMENTOS E CALDO CRÍTICO

Pablo Mizraji

A Revolução Russa deixou um quadro permanente na memória política dos povos. Tal paisagem, no entanto, vem revelando-se, à medida que passa o tempo, cada vez menos historicamente monolítica e ideologicamente binária. O que isso significa? Que a visão hegemônica, tanto da perspectiva liberal e reacionária quanto da tendência marxista deixam de ser unicamente privilégio das suas narrativas históricas. A Revolução de Outubro de 1917, pela força popular levada às últimas consequências, com a queda do governo reformista de fevereiro do mesmo ano, é, sem dúvida, um dos acontecimentos mais notórios e importantes que o século XX deixou como herança.

Neste artigo, iremos tratar do enorme impacto causado pela importância do fato, bem como de seus desdobramentos, para, assim, tentar realizar uma análise crítica dos elementos constituintes que foram relevantes até os dias de hoje. Em função da Comuna de Paris, que é considerada como a primeira experiência autogestionária nos moldes do federalismo libertário e da classe trabalhadora na história, torna-se válido delimitar que a Revolução de Outubro não nasceu de forma espontânea. Muitos dos aspectos que foram decisivos para a criação dos *soviets*, mesmo em 1905, na Rússia, demonstram evidências que a narrativa histórica socialista tem, na medida inexata do tempo, deixado frestas e lacunas no discurso. E, do mesmo modo, gerado sequelas inquietantes na continuidade das práticas políticas. Nesse sentido, é significativo precisar que essas posições, e no conjunto das argumentações, poderão atestar o saldo relativo do marco histórico que foi a Revolução Russa. Reconhecer tal referência para o campo das ideias de transformação social igualmente traz a acurada demarcação de suas fronteiras. Ou seja, a íntegra defesa da Revolução Russa, tanto para os marxistas quanto para os anarquistas, que nela estiveram presentes e foram incontestavelmente revolucionários, transporta em seu cerne a dialética do processo.

Para muitos, a Revolução Russa permanece no espectro do fetiche como o acontecimento que delineou definitivamente as barreiras ideológicas entre o chamado mundo capitalista e o bloco comunista. No contexto em que se debate criteriosamente este tema, a partir de uma análise inserida no campo socialista, conseqüentemente nos

limitaremos a esquivar da abordagem e da intervenção escolástica tradicional, que habitua-se a negar precisamente os elementos apontados – como o debate que elenca a “luta final entre o capitalismo e o comunismo”. Assim posto, começamos relacionando contextualmente os elementos que caracterizarão a perpetuidade dos acontecimentos de 1917.

BREVE ANTECEDENTE DE 1905

A Revolução de 1905 serviu para descortinar o pano de fundo da Revolução de 1917. Com o estopim da guerra russo-japonesa de 1904, o czarismo viu a gravidade de seu predomínio ser profundamente abalada. São Petersburgo foi o palco das reviravoltas e teve seu ápice com o conhecido e trágico “Domingo Sangrento”. As consequências de 1905 servirão para o acúmulo das lutas em 1917, depurando as táticas e orientando a direção do movimento camponês e operário. Antes de 1905, a Rússia atravessava uma sequência de crises e revoltas, como Bakunin cita, por exemplo, a rebelião ucraniana de Jmelnytskya (1654), a grande rebelião de Pugachev (1775) e a emancipação dos servos (1861).

A REVOLUÇÃO RUSSA E A RELAÇÃO COM A SOCIAL-DEMOCRACIA

A influência que Lenin passou a exercer nas linhas táticas e diretrizes filosóficas no POSDR¹ já foi desenvolvida, comentada e aprofundada pelos marxistas críticos ao bolchevismo. Aqui, vale destacar que, singularmente, o próprio Lenin tratou celeremente de desenevoar qualquer ensaio essencialmente direcionado a ele mesmo no que diz respeito à relação da socialdemocracia com um padrão jacobino.² De fato, protótipo e cânone da teoria do partido marxista, Lenin fez do bolchevismo o espectro fantasmagórico do próprio jacobinismo francês.³ A reprodução do controle total

¹ O Partido Operário Socialdemocrata Russo, fundado em 1898, que unia duas tendências: os bolcheviques e os mencheviques. O programa do POSDR tinha em seu conteúdo um conjunto teórico marxista.

² Em tese, Lenin argumentava a favor da revolução violenta pela crítica aos argumentos revisionistas em “Um Protesto dos Socialdemocratas Russos”, assim como o fez em “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, criticando os teóricos socialistas agrários, pautando sua análise pelo desenvolvimentismo econômico marxista.

³ Para referenciar esta alcunha em relação com o jacobinismo francês, vale a pena ler os trabalhos do historiador marxista francês Albert Mathiez (1874-1932). Mathiez, em seu texto “O bolchevismo e o jacobinismo” (1920), defendia o aspecto jacobino da Revolução Francesa cuja admiração por Robespierre o colocou como historiador do marxismo ortodoxo. Para ele, como militante do PC francês, a Revolução Francesa foi o primeiro impulso para as demais, como os levantes de 1848, a Comuna de Paris de 1871, a Revolução de 1905, e o auge de 1917. Outros importantes teóricos libertários e/ou marxistas como Mauricio Tragtenberg e Anton Pannekoek fazem a mesma crítica ao jacobinismo de Lenin.

exercida primeiramente pelo Estado, na concepção de Marx e Engels – realizada na obra do *Manifesto Comunista*⁴ (1848) e defendida posteriormente na *Crítica ao Programa de Gotha*⁵ (1875) –, traz as três etapas que a socialdemocracia teria pela frente: o Ato revolucionário na conquista do poder estatal⁶; o segundo Ato pela ditadura do proletariado, como etapa jacobina, ou seja, a instrumentalização do partido e homogeneidade da sua ação no corpo do Estado e, finalmente, o Ato da junção entre sociedade e Estado, com a suposta consumação estatal, tendo por fim, a sociedade sem classes. Tanto o jacobinismo quanto o bolchevismo atuam similarmente no exercício das ações políticas, ambas projetadas pela radicalização dos meios para a realização da gesta final.

Para não devotarmos especial atenção às origens jacobinistas do marxismo-leninismo como estratégia de ação, nos encarregamos de apresentar as fases de degeneração do ensaio revolucionário mediante a ideia continuada pelas organizações marxistas, antes de 1917, durante a Revolução Russa e, sobretudo, até o momento presente. A esquerda socialista, como representação ideológico-partidária, emergiu da socialdemocracia, cujas reivindicações sociais e políticas convergiram para a ambientação apropriada à construção do parlamentarismo, tido como ferramenta legítima da classe trabalhadora.

Apesar de reportar notadamente à reação contra os girondinos em épocas precedentes, os socialdemocratas russos respaldavam-se nas camadas proletárias; no entanto, assim como os jacobinos franceses, socialdemocratas alemães e ingleses,

⁴ Afirmação de Marx, no *Manifesto Comunista*, diz que “o objetivo mais próximo dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. (Marx e Engels, 2010: 76) E nas reivindicações da Liga dos Comunistas, também afirma que “o proletariado deve primeiramente conquistar o domínio político e erigir-se em classe nacional” e, na edição de 1888, “em classe dirigente da nação”. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Hedra. 2010. p. 84

⁵ *Crítica ao Programa de Gotha* e nos excertos “Estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT)”, Marx novamente defende (e aprova a expulsão dos anarquistas) mediante o seguinte trecho: “Em sua luta contra o poder reunido das classes possuidoras, o proletariado só pode se apresentar como classe quando constitui a si mesmo num partido político particular, o qual se confronta com todos os partidos anteriores formados pelas classes possuidoras. Essa unificação do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da revolução social e seu fim último – a abolição das classes. A união das forças dos trabalhadores, que já é obtida mediante a luta econômica, tem de tornar-se, nas mãos dessa classe, uma alavanca em sua luta contra o poder político de seus exploradores. Como os senhores do solo e do capital se servem de seus privilégios políticos para proteger e perpetuar seus monopólios econômicos, assim como para escravizar o trabalho, então a conquista do poder político torna-se uma grande obrigação do proletariado.” MARX, Karl. *Crítica do Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo. AIT, 2012, pp. 81-82.

⁶ Ver capítulo 6 de *Dois Táticas do POSDR* (Junho-Julho de 1905) de Lenin como propostas distintas, mas que constituem parte de um mesmo esquema de tomada do poder: uma pela via parlamentar e a outra pela ação violenta. *Obras Escolhidas em Três Tomos*, Lisboa, Edições Avante!, Moscou, Edições Progresso, 1977.

mesmo quando reivindicavam a luta de classes e o marxismo como teoria revolucionária, eram, na verdade, orientados em direção e encontravam-se em conformidade com a conquista dos aparelhos estatais. Não obstante, para os bolcheviques, a ditadura do proletariado significava um movimento real na direção do comunismo, tal como Marx e Engels enfatizam evidentemente no Manifesto Comunista. Em *Crítica ao Programa de Gotha* de 1875, Marx, recomenda solicitamente ao SPD (Partido Socialdemocrata da Alemanha)⁷ em votação interna de seu congresso, que nas condições de estratégia, o programa final fosse aprovado pelo partido. Em suas orientações constam um intermédio entre os extremos: nem o absolutismo parlamentar⁸ nem a total ausência de Estado, senão a “ditadura revolucionária do proletariado”, processo político de transição em que o Estado exerceria um papel preponderante para a nova fase revolucionária. Curiosamente, esta carta foi escrita quatro anos após Marx redigir *Guerra Civil na França*, em que se assinala o instante momento de um “Marx libertário” e antiestatista.⁹

Esta carta, que possui relevante importância para o pensamento marxista, foi apreciada por Lenin, que em *O Estado e a Revolução*¹⁰ enfatiza para a atenção à questão de como operar os movimentos políticos, através de seus programas, para alcançar o socialismo. A não rejeição ao modelo estatista resulta na sucessão lógica, salvaguardando as devidas considerações das facções mais à esquerda dos partidos marxistas, mas que, invariavelmente, constituem, organizam, estabelecem e instituem a ideia da sua práxis. Como podemos ver na carta endereçada a Bebel¹¹, Marx e Engels traçam parênteses sobre a sua concepção de Estado:

⁷ Em 1863 foi criado na Alemanha a socialdemocracia tendo como August Bebel e Wilhelm Liebknecht como seus fundadores (com a meta de abolir o Estado e implantar um “Estado livre popular”. Já em 1890, o partido transformou-se no Partido Social Democrata da Alemanha (SPD), de orientação “marxista, revolucionário, anticlerical e pacifista.”

⁸ As polêmicas entre Marx e Ferdinand Lassalle valeram os debates sobre os rumos da socialdemocracia alemã, ainda no século XIX.

⁹ Ver os artigos de Felipe Corrêa sobre as posições “antiestatistas” de Marx. O autor analisa as distintas interpretações de toda a obra marxista onde se pode verificar que tal hipótese é refutada. Cf: CORRÊA, Felipe. “A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?”. *Revista Gestão e Políticas Públicas*. Vol. 3. n. 2, 2013. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/view/81>, acesso em 24/03/2017. CORRÊA, Felipe. “Apontamentos para a Continuação do Debate: discutindo ‘Observações ao texto de Felipe Corrêa’”. Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA), 2016. Disponível em: <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2016/07/felipe-corr3aaa-apontamentos-para-a-continuac3a7c3a3o-do-debate1.pdf>, acesso em 24/03/2017.

¹⁰ Lenin escreve em *Estado e Revolução* o acordo em relação à posição de Marx como “Uma das mais notáveis, senão a mais notável, das passagens de Marx e Engels, a propósito do Estado”, referindo-se ao trecho de uma carta a Bebel, de 18-28 de março de 1875 e ao Programa de Gotha.

¹¹ “Carta Circular a A. Bebel, W. Liebknecht, W. Bracke e Outros”, primeira edição escrita por Marx e Engels em 17 e 18 de Setembro de 1879. Publicado pela primeira vez na revista *Die Kommunistische*

O livre Estado popular transforma-se em Estado livre. Ora, gramaticalmente, um Estado livre é um Estado que é livre em relação aos seus cidadãos e, por conseguinte, um Estado com um governo despótico. Seria preciso decidir, de uma vez por todas, toda a tagarelice a respeito do Estado, principalmente depois da Comuna, que já não era um Estado no sentido próprio da palavra. Os anarquistas já nos quebraram bastante a cabeça com o “Estado popular”, muito embora Marx, já na sua obra contra Proudhon e, depois, no *Manifesto Comunista*, tenha dito expressamente que, com o advento do regime socialista, o Estado se dissolverá por si próprio (*sich auflöst*) e desaparecerá. Como o Estado não é, afinal, senão uma organização provisória que se emprega na luta durante a revolução, para esmagar pela força o adversário, falar de um Estado popular livre é um contrassenso. Enquanto o proletariado ainda usa o Estado, não o faz no interesse da liberdade, mas sim para triunfar sobre o adversário, e, desde que se possa falar de liberdade, o Estado como tal deixará de existir.

Este trecho deixa clara a proposta marxista aos programas de partido. Na sua *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx começa por ressignificar o conceito de Estado, mas é nos textos das Cartas a Bebel que assume mais concretamente a posição sobre as relações entre o Estado e a sociedade.¹²

Ainda que, como já foi dito, reiterando as posições dentro do espectro político da esquerda, a identificação com a via burocrática-estatal permanece em vigor, não suspensa e numa contemporânea ordenação. Tal é um primeiro elemento que a euforia revolucionária dos feitos de 1917 amplificaram internacionalmente. No presente momento, vê-se o imenso fracasso das “boas finalidades” do reformismo socialdemocrata e dos partidos de orientação marxista, pela escolha de seus programas frente à limitação das lutas sociais. Vale destacar que o keynesianismo abraçado inicialmente por alguns setores progressistas logrou abrir um embaraço entre assumir um socialismo radical ou ceder às exigências neoliberais. Desde as aplicações dos modelos de Estado, as estratégias ideológicas gerenciadas pelas burocracias traduzem-se em austeridade pela expropriação das classes trabalhadoras, supressão das formas organizativas populares e pelas monopolizações do discurso da transformação.

Assim sendo, a importância histórica deste feito revolucionário, coincide com as vigentes flexibilizações e condescendências pelas alianças político-econômicas feitas

Internationale, XII Jahrg., Heft 23, 15 de Junho de 1931. Publicado segundo o texto do manuscrito. Traduzido do alemão. *Obras Escolhidas em três tomos*, Editorial Avante!, Tomo III, p: 96-103.

¹² Lenin, Capítulo V “As Condições Econômicas do Definhamento do Estado”, de *Estado e Revolução*.

sob a designação de Estado de Bem-Estar Social, Estado-providência, em que situam o sistema como agente da promoção social. Seguindo esta bússola, o papel do Estado seria o de regular a vida social, política e econômica em cooperação com os sindicatos (regidos pelo Estado) e as empresas privadas. Projetados pela socialdemocracia, o modelo de socialismo econômico celebrizou o New Deal, as Reformas Sociais, o desenvolvimentismo e o Socialismo de Mercado, como existe hoje nos países nórdicos, na China, Rússia, preservando o discurso estruturante da intervenção estatal para proteger a economia em processos de crise. Estes são alguns dos fundamentos de relevância em virtude da magnitude das reformas implementadas pelo modelo soviético. A própria existência do Estado Soviético, aspirando ou não ao modelo de desenvolvimento capitalista, influenciou decididamente em todo o sistema político e econômico dos países industrializados e periféricos.

A TEORIA DAS FORÇAS PRODUTIVAS: O BOLO CRESCE VERTICALMENTE

Lenin dizia que a força motora da Revolução se dava através dos atributos e pela ação, quase num padrão metafísico de sacrifício revolucionário. Com o bolchevismo inaugurando a fase do comunismo de guerra e, posteriormente, com a Nova Política Econômica, a necessidade de aumentar a produção a níveis extremos fez com que se projetasse, automaticamente, uma máquina militarizada laboral. Logo, com a utilização do taylorismo, a classe trabalhadora russa teve um papel determinante no que diz respeito à experimentação dos métodos de exploração. As fábricas e o trabalho rural tornaram-se verdadeiras experiências para o capitalismo. A organização dos programas de propaganda do governo bolchevique mantinha a imagem de um país na vanguarda em relação às conquistas sociais. Presumia promover e divulgar para o exterior os avanços reais da revolução cultural de classe, como também ocorreu no maoísmo. No entanto, esse modelo foi revelado, durante o processo revolucionário, através das denúncias das correntes socialistas que haviam rachado com o PC¹³ e pelos anarquistas. Alexander Berkman, Emma Goldman, Piotr Kropotkin, Nestor Makhno e Volin, destacados anarquistas que tiveram presença notável durante a Revolução Russa nos anos que se seguiram aos seus exílios, delataram como a maioria da classe trabalhadora (camponeses e operários) ainda trabalhava em jornadas de 11 e 12 horas por dia, sob as

¹³ Dentre as correntes, podemos citar: Partido dos Socialistas Revolucionários (PSR), Partido Socialista Popular (PSP) e os Socialistas Revolucionários de Esquerda (SRE).

piores e mais humilhantes condições de saúde, segurança e alimentação. Greves ocorreram por toda a Rússia e estas foram meticulosamente reprimidas e massacradas pelos bolcheviques. Motins e revoltas são conhecidas pelas historiografias anarquistas como a Rebelião de Tambov (1919-1921), na Ucrânia (1917-1921), e Kronstadt (1921).

Emma Goldman cita que

durante um breve período da revolução de Outubro, os trabalhadores rurais e urbanos, soldados e marinheiros foram de verdade os donos da situação. Mas de pronto, a invisível mão de ferro do bolchevismo começou a manejar os assuntos do Estado e separou a revolução do povo; e o povo se separou da Revolução. Daquele momento começou o Estado Bolchevique.¹⁴

Já Kropotkin, em tom mais ameno, porém não menos incisivo, escreve para Lenin, dizendo-lhe:

Em vez disso fica uma verdade: ainda que a ditadura de um partido constituísse um meio útil para combater o regime capitalista – o que duvido muito –, esta mesma ditadura seria totalmente nociva para a criação de uma ordem socialista. O trabalho, necessariamente, tem de constituir-se na base das forças locais, mas até agora, isto não ocorre nem é estimulado por nenhum lado. (...) Sem a participação das forças locais, sem o trabalho construtivo de baixo para cima, executado pelos trabalhadores e todos os cidadãos, a edificação de uma nova vida é impossível.

Uma obra semelhante poderia ser empreendida pelos soviets, pelos conselhos locais. Mas a Rússia, devo enfatizar, é uma república soviética apenas no nome. A influência e o poder dos homens do partido, que são frequentemente estranhos ao comunismo – os devotos da ideia estão sobretudo instalados aí no centro – têm aniquilado a influência verdadeira e a força daquelas instituições que muito prometiam: os soviets. Repito: não há mais soviets na Rússia, mas somente comitês do partido que fazem e desfazem. E as suas organizações padecem de todos os males do funcionalismo.

Para sair da desordem atual a Rússia deve retomar o espírito criador das forças locais que, asseguro, são as únicas capazes de multiplicar os fatores de uma nova vida. (...) Entretanto, se a situação atual se prolongar, a mesma palavra socialismo se converterá numa maldição, como ocorreu na França com a ideia igualitária durante os quarenta anos que seguiram ao governo dos jacobinos.¹⁵

¹⁴ GOLDMAN, Emma. “Três Artigos Sobre Meus Dois Anos na Rússia”. Tradução de Barricada Libertária, revisão de Pablo Mizraji. Instituto de Teoria e História Anarquista, 2017. Disponível em <https://ithanarquista.files.wordpress.com/2017/05/ok-emma-goldman-dois-anos-na-rc3bassia.pdf>, acessado em 23/03/2017.

¹⁵ KROPOTKIN, Piotr. Carta de Kropotkin a Lenin: Da Revolução à Ditadura de um Partido. Dimitrov, 04 de março de 1920.

O LEVIATÃ RUSSO

O advento da *Tcheka*, a polícia bolchevique, demonstrou-se que a prática de espionagem, repressão às lutas sociais, execuções por parte do Estado, prisões e julgamentos arbitrários, estavam na norma comum da Revolução. O terrorismo de Estado usufruiu da sua capacidade de uso e monopólio da violência como nenhum outro sistema capitalista pôde produzir naquela época, exceto, e talvez no mesmo grau, ao regime anterior. A *Tcheka* atuava como um “órgão independente” e que servia para a defesa da Revolução e dos *Sovburs* (novos burocratas e gerentes, muitos retornados do regime czarista), contando com milícias próprias, administrativas e judiciais. O despotismo totalitário implantado antes de Stalin gerou, na maioria dos PCs, um refinado grau de militarismo autoritário. No interior da *Tcheka*, o sistema de representação, que seria o ideário da organização popular de defesa, foi substituído pela militarização, como o é a totalidade das polícias no mundo. Juntamente com a regularização do exército como profissão permanente, o serviço militar tornou-se obrigatório, e a pena de morte foi circunscrita para a deserção.

Enquanto o programa redigido por Lenin em *Teses de Abril* (1917) proclamava “Todo Poder aos Sovietes”, um novo aparelho, igual ou pior do que o czarismo foi implementado, dissolvendo os conselhos, sindicatos e cooperativas, órgãos legítimos do poder popular. A urgência em fazer andar o processo de super produção avançou a estratégia de supervisão única da fábrica e, pior, censurando o princípio de autogestão e organização de baixo para cima, por uma argumentação de incapacidade técnica. A industrialização frenética e a glorificação dos indicadores de produção fizeram surtir um efeito de poder econômico para a nova classe dirigente e, ao mesmo tempo, um estado de exploração. Foi pelo X Congresso do Partido Bolchevique (1921) que fundamentou-se de vez a virada na política econômica, renunciando as Teses pela Nova Política Econômica (NEP). Os conselhos foram extintos e seu poder de decisão passados às mãos de um único dirigente e técnico, diretamente vinculado ao Partido. Os velhos capitalistas e proprietários de terra foram substituindo a organização dos trabalhadores, privando-os de reivindicar direitos. Aqueles que não se submetiam às novas regras da NEP seriam precipitadamente conduzidos aos tribunais da *Tcheka* ou enviados para os *gulags*.

A NEP não apenas outorgou direitos aos camponeses como admitiu, por sua vez, aos médios latifundiários e produtores, licenças e privilégios que antes não gozavam. Sob a alegação de que a política econômica beirava ao caos, Lenin deu margem à

implantação da NEP despedaçando o que já não restava da revolução social. Prosseguindo na linha de nacionalização pelas mãos do Partido, os princípios da coletivização não se deram como prometido. Em tal grau de diferenciação, tanto Marx quanto Lenin mantiveram uma mesma concordância em relação à questão do campesinato. Na maioria das Conferências Russas, os camponeses não eram tratados da mesma forma com que os trabalhadores industriais. Se, na Rússia revolucionária, mais de 80% da força produtiva estava no campo, esse enorme contingente, por consequência, impulsionou e garantiu nos primeiros anos, a contrarrevolução, interna e externa. Não somente a longa fila do *lumpenproletariado* famélico, mas a população do campo foi imputadas adjetivações como “reacionários”, “pequenos burgueses”, “atrasados” e “parasitas da classe trabalhadora”.

Retomando o presente, no marxismo contemporâneo, estas mesmas categorias são vistas por umas correntes (do pensamento latinoamericano) como propícias para a revolução, enquanto outras (do marxismo tradicional) ainda são consideradas como estéreis, dentro de uma perspectiva evolutiva e etapista de caminho ao socialismo.

100 ANOS SE PASSARAM

A sustentação do modelo burocrático-estatal, garantido e regimentado pelos partidos progressistas, permite entrever a herança deixada por tais processos políticos impactantes no imaginário, quanto a uma mensagem de que as mudanças sociais estão confinadas exclusivamente aos imediatismos parlamentares. No momento em que ainda permanecem as querelas e polêmicas binárias entre correntes progressistas e liberais, ou mais significativas, como reforma-revolução, as etapas de internalizar as críticas dos experimentos revolucionários tendem a conservar-se demoradamente sob as ineficazes elucubrações do fetichismo das lutas.

Para a reflexão contemporânea, a amarga protagonista da historicidade dos fatos, oculta e fundamenta os erros cometidos, geralmente, aos “excessos” do stalinismo, preservando as práticas desprezíveis dos primeiros anos do governo. Essa forma de amenização, em detrimento ao estereótipo e ao molde padrão do sistema totalitário, logo subexistem no poder efetivo da ideologia marxista que recondiciona a teoria de Estado e dá lugar à contumaz criminalização de movimentos autonomistas e independentes. Sem a devida investigação e aprofundamento dos modelos aplicados às primeiras horas do dia dentro dos soviets, os conceitos de democracia direta, protagonismo popular e socialismo real são apenas dimensões irreais da transformação social.

Como bem afirma Berkman em *A Tragédia Russa* (1922)¹⁶, “embora a Revolução Russa tenha falhado em atingir sua verdadeira meta, permanecerá para sempre um magnífico evento histórico (...) A guerra continua e continuará.” As perspectivas em relação à historicidade dos fatos ainda permanecem, infelizmente, baseadas nas tendências imprecisas dos “vencedores”, aliadas às inspirações ideológicas inflamadas, preconceitos de classe, obscurantismos e posicionamentos políticos antiéticos. O apagar da história dos grandes fatos gerou e fortaleceu conflitos e condicionantes que apenas retardam as perspectivas pela transformação social. O processo de mitificação da Revolução Russa ajuda a adulterar e manipular os sentidos das direções e, principalmente, as concepções revolucionárias.

¹⁶ Alexander Berkman em “A tragédia russa: uma revisão e uma perspectiva – ou panorama”. Tradução de Beatriz Carneiro. O artigo compõe a Série Revolução Russa, nº1, em que o autor aponta as condições na Rússia divulgando para o mundo os efeitos trágicos da nova política econômica e da traição bolchevique. Publicado em 4 de junho de 2007. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/article/viewFile/5451/3898>, acesso em 24 de março de 2017.